



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 01/24

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 29 DE
FEVEREIRO DE 2024**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e quatro, nesta vila de Alcochete e Salão Nobre da Junta de Freguesia de Alcochete, pelas 21:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo Doutor Mário Manuel Catalão Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pelo Partido Socialista:

- Carlos Manuel Rosa Correia, Teresa Isabel Condelpes Rei, Carla Maria Bernardo da Cruz Pereira, Sérgio Manuel Carvalho Simões, Ricardo Alexandre Gomes Loureiro, Ana Lúcia Felgueira Maduro, José Luís Nunes Catalão, Mafalda de Almeida Catalão, Diogo da Silva Mourão, José João Pereira Tavares e João Agostinho da Costa Carapinha Espiga.

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Álvaro Jacinto da Costa, Rui Miguel da Silva Mortal, Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão e Helena Paula Menezes Batista.

Pelo Partido Social Democrata:

- Andreia Patrícia Silva e Sousa.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Maria Manuel da Costa Maduro, presidente da Junta de Freguesia de Alcochete, Leonel Cristóvão Cunha Fina, presidente da Junta de Freguesia de Samouco e João Manuel Fernandes dos Santos, presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco.

Faltaram à sessão:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Ana Luísa Giro Pereira dos Santos Lourenço, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por João Nuno Navarro Monteiro Baptista Coelho (Documento anexo à Minuta da Ata).

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

- Patrícia Pinto Felizes Figueira, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Jorge Manuel de Sousa Sinquenique, face as indisponibilidades de Nelson Roberto Nery Pinto, Joana Mafalda Gabriel Santos Nicolau, Fernando Martinho de Sousa Correia e Ana Mafalda Boieiro Marques, igualmente por motivos profissionais e Alexandre Manuel da Costa Freire Gonçalves, também por motivos profissionais, não tendo sido substituído (Documentos anexos à Minuta da Ata).

Pelo Partido Chega:

- Cecília do Carmo Teles Brandão Martins, por motivo de ordem profissional, tendo sido substituída por Nuno Filipe Valente (Documento anexo à Minuta da Ata).

Os pedidos de justificação foram aceites.

Pelo executivo camarário encontram-se presentes o senhor presidente da Câmara, Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, as senhoras vereadoras Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e Ana Sofia Madeira Maduro e os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Dário João Ferra Moura e Jorge Manuel Pereira Giro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES

Registou-se a intervenção do senhor Salvador Mineiro, em representação da Sociedade Malhada de Meias, S.A. que colocou algumas questões sobre o estado do pavimento da estrada Malhada de Meias, conforme documento que se anexa à presente ata, como, **Doc.1**.

O senhor presidente da câmara, em resposta ao munícipe, começou por informar que no ano de 2022, a autarquia efetuou durante o período de 14 dias,

nomeadamente em janeiro, novembro e dezembro, em zonas que careciam de asfalto, trabalhos de reabilitação da respetiva estrada, bem como no ano de 2023, mais precisamente nos dias 3, 5, 6, 9, 10, 12, 13, 17, 20 e 23 de janeiro.

Salientou que quando o executivo municipal tomou posse em finais de 2017, herdou um conjunto de estradas e caminhos que necessitavam de intervenção, assim como, porque se encontravam num estado degradante o parque escolar, infraestruturas desportivas e edifícios municipais, pelo que foi necessário definir prioridades. Ao nível da educação foi efetuado um trabalho extraordinário do ponto de vista da requalificação do parque escolar, como também das infraestruturas desportivas. Ao nível da rede viária, no mandato anterior, foram requalificadas um total de 17, entre estradas e caminhos, num orçamento estimado em €1.500.000,00. Não houve a oportunidade de requalificar a estrada de Malhada de Meias, como não houve a oportunidade de requalificar “n” estradas, como por exemplo, a estrada do Rego da Amoreira e a estrada Real na sua totalidade. No orçamento não se identifica a rubrica com o nome das estradas, porque, à data de hoje, pode-se entender requalificar uma estrada, mas poderá surgir um problema e ter de se realizar intervenção numa outra estrada. A legislação alterou, pelo que teve de ser criado um procedimento único para requalificação das estradas, que obriga que todo e qualquer troço tenha de ter um projeto, projetos que estão a ser desenvolvidos. A aquisição de massas asfálticas, quer frias, quer quentes também obriga a desenvolver ao nível da contratação pública um procedimento único, pelo que, assim que o procedimento estiver concluído, se irá desenvolver o trabalho necessário na estrada de Malhada de Meias e noutros locais onde é imperioso intervir.

Elucidou que a câmara municipal não tem autocarro de transporte de crianças, tem duas carrinhas para esse serviço, sendo que o transporte não é um serviço de porta-à-porta. Na estrada de Malhada de Meias existem duas famílias com crianças e aquilo que é efetuado na referida estrada é aquilo que é realizado por todo o concelho, ou seja, é definido um ponto de encontro e a recolha das crianças é efetuada nesse local.

Por último, referiu o facto de ter respondido ao munícipe por escrito, há menos de uma semana, a reconhecer que a estrada precisa de ser reabilitada, pelo que assim que os projetos estiverem concluídos, estando-se a falar de um investimento que ascende mais de €1.500.000,00, o executivo municipal está disposto a realizar essa reabilitação, quer assim entenda o órgão executivo da câmara municipal, quer assim entendam os membros representados pelos diversos partidos que compõem esta assembleia municipal, porque a única solução que existe para o efeito é recorrer a um financiamento bancário. Solicitou um pouco de mais paciência ao munícipe, pois assim que o processo de aquisição de massas asfálticas estiver concluído, certamente, se irá à estrada de Malhada de Meias efetuar um trabalho provisório, isto é, tapar os buracos e assim que os projetos estiverem concluídos, a autarquia irá partir para a elaboração de procedimento concursal para a concretização dessa empreitada.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto este período, ao abrigo da alínea c), n.º 2, do artigo 20.º do Regimento da Assembleia Municipal, o presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão a seguinte ata:

- **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 14 de dezembro de 2023**

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

Não votou Mafalda de Almeida Catalão, por não ter estado presente, ao abrigo do n.º 3, do artigo 34.º do Código Procedimento do Administrativo.

Posteriormente, ao abrigo da alínea d), n.º 2, do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Dirigindo-se ao senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, referiu que no passado dia 24 de fevereiro, os trabalhadores das autarquias fizeram greve, com o devido acompanhamento das entidades sindicais, no entanto o senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco abriu a junta de freguesia, atendeu a população e, por conseguinte, sabendo-se que funciona no edifício da junta um posto de correios dos CTT, recebeu a correspondência dirigida a esse posto, numa atitude de desrespeito pela greve e pelos trabalhadores da junta de freguesia. Para si, é uma atitude que não se enquadra na legislação, uma atitude incorreta e desrespeitosa para com as pessoas que fazem greve para melhorar a sua vida. Considera que um presidente de junta eleito, não tem condições, nem competência para substituir os trabalhadores da junta de freguesia, pelo que ao fazê-lo está a desrespeitar a Lei, quem trabalha e a população do Samouco que o elegeu e até a força política que o elegeu. Não compreende como é que uma atitude destas pode ter sido tomada num estado de direito. Perguntou como o mesmo fez quando recebeu a correspondência e encomendas para o posto de CTT, nomeadamente, se assinou algum documento.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Dado ter acompanhado pela comunicação social que o município esteve envolvido no papel de intermediário/mediador entre os agricultores e o Governo, neste caso, com o Ministério da Agricultura, questionou como decorreu processo e se o senhor presidente da câmara marcou presença nas duas reuniões, uma em formato *online* e outra em formato presencial e se os resultados dessas reuniões ocorridas no Paços do Concelho foram proveitosas.

Seguidamente, por o senhor presidente da câmara ter revelado a sua preocupação, tanto em reunião de câmara, como posteriormente numa iniciativa levada a cabo pela Área Metropolitana de Lisboa (AML), no Fórum

Cultural de Alcochete, sobre o trabalho que tem sido desenvolvido na sequência das Operações Locais Integradas, no âmbito do PRR, relativamente a alguns concursos que têm ficado vazios ou desertos, perguntou o que está a ser realizado para contrariar esses concursos desertos e quais os riscos inerentes destes para a execução do PRR, uma vez que é um plano que tem prazos de execução muitos apertados.

Por último, indagou o executivo municipal sobre a recolha de biorresíduos que já se iniciou no concelho, sendo visível nos restaurantes, nomeadamente, se a iniciativa está a ter um bom acolhimento e se já é possível serem apresentados alguns dados aos munícipes.

– Nuno Valente, bancada do Chega

Na sequência de uma notícia surgida na passada semana, que para si é mais um grito de revolta de uma autarquia face ao processo de descentralização, nomeadamente da Câmara Municipal de Coimbra, por ter acumulado em dois anos, um déficit enorme, questionou se face aos problemas que estão a existir, porque a descentralização está a ser feita mal, à pressa e sem pacote financeiro, se o município de Alcochete acumula algum *déficit*. Realçou que a bancada do Chega não é contra o municipalismo, pelo contrário, é contra a regionalização, até considerando que o municipalismo deve ser reforçado, mas como deve ser.

Continuamente, solicitou informação sobre o ponto e situação da E. B. 2, 3 El Rei D. Manuel I, nomeadamente se já existe alguma data em concreto para avançar com a obra, bem como, se a autarquia face ao atraso, pensou em outras alternativas, como por exemplo o *crowdfunding*, financiamento muito comum nos Estados Unidos.

Depois, no seguimento de uma notícia publicada em que relatava que em cada 10 alunos, 1 seria estrangeiro, filho de imigrantes, perguntou qual era o nível de carga de imigrantes nas escolas do concelho.

Ao nível da saúde, como o problema de falta de médicos de família é geral, solicitou informação sobre o ponto e situação no concelho, bem como o número de médicos de família atribuídos a estrangeiros.

- Leonel Fina, bancada do PS

Na qualidade de presidente da Junta de Freguesia do Samouco, em resposta ao deputado Álvaro Costa, mencionou que enquanto for presidente de junta, a porta da junta de freguesia será aberta todos os dias e por esse motivo não está a faltar ao respeito a ninguém, simplesmente está a efetuar o seu trabalho e até por respeito por quem queria trabalhar e tinha a porta fechada, dado que nem todos os funcionários fizeram greve. No que diz respeito ao posto dos CTT referiu que quem o informou, informou mal.

- Presidente da Câmara

Em resposta às questões colocadas, em relação à questão dos agricultores, referiu que o mundo e, sobretudo, a Europa e também o nosso país está a passar por um período conturbado, por um conjunto de fatores alguns internos, mas também externos que acabam por afetar uma multiplicidade de atividades das quais o setor agrícola não está imune. Sobre o sucedido, deu nota que quando teve conhecimento que um conjunto de agricultores do concelho e de outros concelhos limítrofes, se preparavam para na madrugada de um determinado dia (não se recordando do dia preciso) cortar o acesso à A33, impedindo quem no concelho utilizasse a rotunda do Entroncamento com destino, eventualmente, a Lisboa ou outras localidades, não o pudesse fazer, deslocou-se ao local onde se encontravam várias dezenas de agricultores, assim como várias máquinas e equipamentos agrícolas, para manifestar a sua solidariedade, mas para também tentar perceber o que os mesmos pretendiam. A conversa que manteve com os agricultores, foi no sentido de estes abandonarem a ideia de cortar o trânsito, não e apenas só porque isso iria prejudicar largas centenas de pessoas que todos os dias de manhã se

deslocam para outros concelhos por via da A33, mas, sobretudo, para Lisboa e porque aquilo que era um direito destes agricultores, poderia tornar-se numa situação embaraçosa para os mesmos, dado que nos dias de hoje, a sociedade é muito pouco resiliente em relação a estas matérias. Percebeu que aquilo que estava na ordem do dia para estes agricultores tinha a ver com o custo da energia elétrica e do gasóleo verde, mas, principalmente, sobre uma questão de fundo que assentava no diferencial dos preços dos produtos desde o produtor até ao consumidor final; sobre a questão da eficiência de utilização de água e da impossibilidade de na margem sul do Tejo não ser possível efetuar mais furos de captação de água; sobre as medidas agroambientais e sobre uma questão fundamental e elementar que dava nota do acordo com a chamada MERCOSUL. Como não tinha respostas para dar aos agricultores, comprometeu-se a estabelecer contacto imediato com o Governo e, particularmente, com a senhora Ministra da Agricultura, no sentido de ser efetuada uma reunião, reunião que aconteceu no dia seguinte.

A senhora Ministra impossibilitada de se deslocar a Alcochete, a reunião foi efetuada no Salão Nobre da Câmara Municipal de Alcochete, por videoconferência, onde ouviu os agricultores, solicitando que os mesmos colocassem por escrito as suas pretensões. Pouco mais de uma semana, a senhora Ministra deslocou-se a Alcochete e reuniu no Salão Nobre da autarquia, com representantes dos agricultores. Nessa reunião informou da possibilidade de reduzir em 0,03€ o gasóleo agrícola, informando que a questão do diferencial do preço, ou seja, a diferença do valor do preço quando sai do produtor até ao consumidor, é uma questão muito complexa, mas que o Governo estava a trabalhar nesse sentido, contudo difícil de concretizar e, sobretudo, morosa na sua resolução. No que diz respeito ao uso eficiente da água, que assenta no projeto Tejo, esclareceu que o projeto é muito claro nessa matéria, ou seja, como a nossa região começa a ter escassez de água, não é de todo possível se preconizar mais furos de captação de água, tendo sugerido aos agricultores investimento ao nível de charcas, até para haver aproveitamento das águas da chuva. Relativamente às medidas agroambientais, informou que já estava publicado no *site* do IFAP (Instituto de

Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.) um maior apoio a estas medidas. Salientou o facto de na história da Política Agrícola Comum ser a primeira vez que um Governo atribuía compensação financeira, no que diz respeito à produção de cereais. Quanto ao acordo com a MERCOSUL, comunicou que o mesmo não ia entrar em vigor no nosso país, o que tranquilizou de alguma forma os agricultores. Como naturalmente, os problemas não estão todos resolvidos, no decurso das eleições Legislativas marcadas para o dia 10 de março, o novo Governo e, particularmente, o Ministério da Agricultura terá este assunto em mãos.

Sobre a questão que assenta no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), no âmbito das Operações Integradas e, no caso concreto do bairro do Passil, informou que entre aquilo que são projetos materiais e projetos imateriais, estas operações integradas, disponibilizam a fundo perdido cerca de €4.800.000,00 ao concelho de Alcochete, sendo que deste valor, €3.500.000,00 destinam-se a obra pura e dura e o restante para projetos de literacia, isto é, projetos do ponto de vista social. O município de Alcochete já desenvolveu os projetos, sendo o município da região com todos os projetos concluídos e levados a procedimento concursal, tais como: implementação do saneamento básico e a reabilitação da rede viária da rua do Aceiro, Requalificação da Escola Básica e Jardim-de-infância, Requalificação do Polidesportivo, Requalificação do Campo de Futebol e Requalificação do Centro Social e Comunitário. A obra da rua do Aceiro já se encontra em curso há alguns meses, estando em fase de assinatura de contrato a obra de “Requalificação do Polidesportivo do Passil”, sendo que todos os outros procedimentos concursais ficaram desertos, isto é, nenhuma empresa quis concorrer em relação àquilo que foi o preço base que a autarquia apresentou. Teve o cuidado de verificar se porventura os projetos tinham as suas estimativas, eventualmente, mal calculadas, mas não foi isso que aconteceu, as estimativas estavam bem calculadas e rapidamente se chegou à conclusão que o PRR e, particularmente, as Operações Integradas não nasceram apenas e só para o município de Alcochete, estas abrangem toda a Área Metropolitana de Lisboa (AML), isto é, 18 municípios, estando também em curso outras ações

ao abrigo do PRR que abrangem todo o país, ou seja, no momento a procura é exponencialmente mais elevada do que a oferta, nascendo daí a inflação dos preços praticados pelas empresas de construção civil. Tendo em conta os desafios atuais, não existem empresas disponíveis para dentro do prazo, até dezembro de 2025, realizar este tipo de obra, sendo que estão muito mais interessadas em concretizar obras com valores exponencialmente superiores. Assim, o caminho é no sentido de pressionar a AML, para que os municípios que não concluíam os processos de concursos, as verbas que lhes estão adstritas possam passar para outros municípios, para terem mais dinheiro para concretização de obra. Salientou que a autarquia de Alcochete integra a região Alcochete, Montijo e Moita e que destes três municípios, o único município com projetos concretizados, realizados e em obra é Alcochete. A outra solução, que não lhe parece viável, é descapitalizar o orçamento da câmara, isto é, ir ao orçamento onde existem verbas destinadas a determinadas situações e imputar essas verbas ao PRR para se poder concretizar as obras, quer do jardim-de-infância e escola básica, quer do complexo desportivo, quer do Centro Social e Comunitário. Está-se a falar de um conjunto de obras que em bom rigor não deveriam ultrapassar os €3.500.000,00, mas será uma missão que se está a tornar praticamente impossível, porque não existem empresas que façam as obras pelo valor base lançado a concurso. Realçou que no novo procedimento concursal para Reabilitação do Complexo Desportivo, já foi incrementado mais valor, cerca de €300.000,00 ou €400.000,00.

Em relação à questão dos biorresíduos, solicitou permissão ao senhor presidente da assembleia para passar a palavra ao senhor vereador Pedro Lavrado.

– Vereador Pedro Lavrado

Com a devida autorização do senhor presidente da assembleia, informou que o município deu início no final do ano transato à recolha seletiva de biorresíduos através de um projeto chamado de “separar é valorizar”. Este projeto resulta da

celebração de um contrato estabelecido entre a Área Metropolitana de Lisboa, por meio de um financiamento do fundo ambiental, que tem como principal objetivo cumprir as metas estipuladas pela União Europeia e ao mesmo tempo reduzir a pegada carbónica de modo a contribuir para um município mais amigo do ambiente. Este projeto tem 2 principais objetivos: a recolha seletiva de biorresíduos que será efetuada em 3 fases e a compostagem. No que diz respeito à recolha de biorresíduos a autarquia iniciou no passado mês de dezembro a primeira fase, com a recolha de resíduos porta-a-porta direcionada aos estabelecimentos aderentes ao canal Horeca, bem como, cantinas e refeitórios das escolas públicas e privadas e outros estabelecimentos similares, superfícies comerciais e entidades públicas, com a disponibilização de sacos transparentes para o condicionamento de bioresíduos e respetivos baldes de 240 litros. Numa segunda fase, irá ser efetuada a recolha seletiva de biorresíduos porta-a-porta, direcionada à população em geral, com início previsto para o ano de 2025. Esta recolha porta-a-porta será mais destinada a áreas de moradias e irão ser efetuadas experiências piloto no início da iniciativa, sendo a recolha, posteriormente, aumentada. Numa terceira fase, a partir do ano de 2028, será direcionada a toda a população do município de Alcochete, onde será implementado em todo o concelho uma nova contentorização, ou seja, irá existir nas ilhas mais um contentor de reciclagem castanho.

No que diz respeito à compostagem, já se encontra a decorrer a compostagem comunitária, através da disponibilização de ilhas de compostagem com caixas compostoras, uma em cada freguesia, na freguesia de Alcochete instalada na praça Bartolomeu Dias, na freguesia de S. Francisco, junto às pontes pedonais da urbanização Vilas do Duque e na freguesia do Samouco na rua Vasco da Gama. A participação na compostagem comunitária está sujeita a inscrição, via *email*, para posterior agendamento de uma ação de formação sobre regras de utilização do composto e respetiva informação acerca do processo de compostagem. Na ação de formação será facultado o código do cadeado de acesso ao compostor, um balde de 5 litros para acondicionamento e transporte dos resíduos orgânicos até ao compostor e um guia com informações

relevantes. O processo ainda não se iniciou porque apenas existem 3 inscrições. Esta compostagem irá dar origem a um composto, em que poderá ser utilizado pelos participantes, sendo que o município irá também utilizar o mesmo para utilização em plantações nos espaços verdes.

No que concerne à execução financeira, é um projeto financiado a 100% pelo fundo ambiental, no valor de €158.784,24, tendo sido adquirido: uma viatura elétrica para a recolha dos biorresíduos que já se encontra em funcionamento, 150 unidades de contentores de 240 litros castanhos, quites de compostagem e todo o material de divulgação. Os participantes são: Agrupamento de Escolas de Alcochete e escolas não agrupadas e instituições públicas e privadas, tais como: G.N.R., Bombeiros Voluntários de Alcochete, Campo de Tiro de Alcochete, Unidade de Apoio Geral de Material do Exército, Academia do Sporting, lares, associações e restaurantes e similares, num total de 101 adesões desde o início do projeto a 16 de dezembro de 2023. Em relação às quantidades recolhidas, até ao dia de ontem, foram recolhidos um total de 53 toneladas de biorresíduos que foram encaminhados para a Amarsul para tratamento. Apelou aos restaurantes que ainda não aderiram à iniciativa, para que o façam, dado que os biorresíduos não reaproveitados irão para os resíduos sólidos e, conseqüentemente para aterro, portanto, quanto maior for esta recolha, menos resíduos irão para aterro e assim se estará a contribuir para a melhoria do meio ambiente.

– Presidente da câmara

Primeiramente, salientou que no PRR designado por Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas, apenas e só, cumpre integralmente os pressupostos deste programa o bairro do Passil. Informou que no âmbito do PRR e ao abrigo da Estratégia Local de Habitação, a autarquia está a desenvolver os procedimentos necessários para a implementação de construção de habitação social, bem como para habitação a preços acessíveis.

Seguidamente, em resposta ao senhor deputado Nuno Valente e no que concerne à descentralização de competências, mencionou que não lhe foi dado a conhecer, quer através da Área Metropolitana de Lisboa, quer por parte de outro organismo, dificuldades que os municípios estejam a ter nesse âmbito. O que pode afirmar é que no concelho de Alcochete não existe problemas ao nível das verbas transferidas ao abrigo da descentralização de competências, eventualmente, existiu um ou outro atraso, mas que não afetou a vertente financeira da própria câmara municipal. Salientou que o executivo sempre foi defensor da descentralização de competências, por uma questão de proximidade e por uma questão de melhor e maior conhecimento das carências e das necessidades das populações.

Quanto à Escola Básica 2, 3 El Rei D. Manuel I, esclareceu que, não obstante todo o esforço desenvolvido no passado, foi uma escola que lhe foi atribuída a prioridade 3, ou seja, nível prioritário, sem ter caráter de urgência agregado. Recordar-se na legislatura anterior, aquando da passagem, quer do senhor ministro Tiago Brandão, quer do senhor Primeiro-ministro António Costa, pelo concelho de Alcochete ter tido o cuidado de dar nota (pessoalmente e por escrito) da grande preocupação e dos problemas existentes neste estabelecimento de ensino. O município está a efetuar um grande esforço, no sentido de avançar com projeto, porque sem projeto, não poderá existir obra, todavia, pelo estudo prévio elaborado, está-se a falar de um investimento que muito provavelmente ascende a mais de €8.000.000,00, valor para requalificação e ampliação, dado que a escola tem cerca de 50 turmas, quando deveria ter 30 turmas. O município está disponível para chamar a si a elaboração do projeto, porém no que concerne à obra terá de haver um entendimento muito profícuo com o Governo.

Em relação à questão colocada sobre os imigrantes, informou que de momento não tinha esses dados para partilhar, contudo, quanto aos imigrantes a frequentar os estabelecimentos de ensino do concelho, considera que é uma situação que tem enquadramento, digamos normal, naquilo que tem sido os últimos anos, ou seja, não existiu nenhum crescimento exponencial.

Relativamente aos dados relacionados com a saúde, que também não dispõem de dados para partilhar, apenas comunicou que o Centro de Saúde de Alcochete está a desenvolver um extraordinário trabalho, no sentido de reduzir substancialmente a lacuna existente, relativa aos médicos de família. Está convicto que o número de utentes sem médico de família, à data de hoje, no Centro de Saúde de Alcochete é significativamente menor do que há 1 ano.

Comunicou que iria providenciar, no sentido de obter os dados solicitados para posteriormente partilhar.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Sobre a intervenção do senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco, mencionou que tinha ficado esclarecido, quer dizer, seja em que circunstâncias for, a porta da junta de freguesia será aberta, não interessando se os trabalhadores fazem ou não greve, se fizerem a porta é aberta e substitui-se nos serviços os trabalhadores. Porém, como não respondeu à outra questão, perguntou se o mesmo tinha ou não recebido o material para o posto dos CTT.

– Leonel Fina, bancada do PS

Informou que não tinha recebido nenhuma encomenda para o posto dos CTT. Aludiu que iria abrir sempre a porta por respeito a todas as pessoas que votaram em si e pelos trabalhadores da junta de freguesia. No que concerne a falta de respeito, perguntou se falta de respeito era abrir a porta da junta de freguesia para os restantes funcionarem trabalharem, ou se era tapar a visibilidade do parque infantil com 13 faixas a dizer CDU.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que a resposta do senhor presidente da Junta de Freguesia do Samouco foi esclarecedora, contudo, quanto à questão mencionada sobre a propaganda, asseverou que deveria haver mais contenção, porque existe legislação que se cumpre, como existe legislação que não se cumpre, e nada

foi realizado ilegalmente, bem como existem atos que se praticam e que não se deveriam praticar, sendo que o senhor presidente da junta já tem currículo nessa matéria. Esclareceu que eram 13 cartazes, mas apenas lá se encontram no momento 2, afirmando que os mesmos não são lixo e que em nada prejudica o funcionamento do parque-infantil.

Ao abrigo da alínea f), do artigo 20.º do regimento da Assembleia Municipal, usaram da palavra os seguintes membros:

- José Luís Catalão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Saudação “Dia Internacional da Mulher”:

«O Dia Internacional da Mulher comemorado mundialmente no dia 8 de março, resulta da luta efetuada no dia 8 de março de 1917 por milhares de mulheres que se reuniram na Rússia num protesto que ficou conhecido como “Pão e Paz”.

Nesse protesto, as mulheres reivindicaram por melhores condições de trabalho, devido às longas jornadas de trabalho e aos salários baixos, e pelo direito ao voto que lhes era negado. Para além destas reivindicações, as manifestantes também lutaram contra as dificuldades decorrentes da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Em 1975, a ONU decidiu homenagear as mulheres por todas as suas lutas e conquistas alcançadas, instituindo o dia 8 de março como o Dia Internacional da Mulher.

Ao longo dos anos, muitas têm sido as lutas para que a mulher seja uma voz ativa na sociedade e tendo noção de que a luta tem de ser continuada, sabemos também que enquanto este dia for assinalado, estaremos a lutar por

muitas mais vozes e a homenagear essas mulheres que tiveram a coragem de lutar pelos seus, agora, nossos direitos.

Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio saudar a importância da mulher na sociedade e toda a luta das mesmas para que os seus direitos sejam sempre respeitados.»

Submetido à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que concordava com a Moção apresentada, todavia, considera que falta informação na mesma, no que diz respeito às razões do “Dia Internacional da Mulher”. Não foi só por causa da situação da Rússia que se comemora o dia, foi porque também nos Estados Unidos um patrão encerrou a fábrica, puxou fogo à mesma, tendo originado na morte de funcionárias. 1917 foi uma era conturbada, como por exemplo na Rússia, na União Soviética, porém a situação perigosa que aconteceu foi este facto no que diz respeito ao assassinato de mulheres por reclamarem direitos, salários e horário de trabalho. Assim, considera que deveria ser acrescentado à Saudação mais este motivo de razão da luta das mulheres, pela igualdade e pela sua independência a todos os níveis.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou a seguinte Moção “Pela Requalificação e Valorização da Ponte-Cais em Alcochete”:

«No passado dia 19 de outubro de 2023, uma intempérie atingiu Alcochete, desencadeando uma agitação marítima que foi “fatal” para a ponte-cais de Alcochete, que na sua altura era alvo das últimas obras de requalificação. Para além disso, as guardas frontais do pontão ficaram bastante danificadas, após

as tentativas bem-sucedidas para que, tanto a estrutura, como a rampa de acesso não se afundassem ou nadassem à deriva pelo rio.

A ponte-cais de Alcochete é um ex-libris da nossa terra, reconhecida por locais e forasteiros, como lugar de turismo e lazer e com um pôr do sol maravilhoso. Não há muitos locais do nosso país que se possam gabar de ter uma estrutura destas que permite avançar sobre o rio mais de 200 metros. Mas essencialmente esta é uma estrutura vital para a vida quotidiana dos pescadores profissionais locais.

Após meses desde o incidente, a Administração do Porto de Lisboa (APL) ainda não foi capaz de resolver de forma eficaz os estragos causados. O resultado disso é uma situação crítica que não apenas dificulta as operações dos pescadores profissionais, como também ameaça prejudicar os tão esperados passeios turísticos da embarcação tradicional “Bote Leão”, colocando em risco uma tradição local, já que esta embarcação representa parte significativa da rica herança cultural e turística de Alcochete.

Os pescadores, que dependem da ponte-cais para realizar as suas atividades diárias, com a ausência da estrutura de embarque/desembarque têm a sua segurança comprometida e um elevado aumento do risco de acidente, pelo que clamam por uma resposta imediata por parte da APL, exigindo a rápida execução de obras de requalificação que restabeleçam a infraestrutura danificada ou que encontrem uma situação transitória através de uma estrutura provisória.

É imperativo que APL compreenda a gravidade da situação e a urgência das obras. É fundamental que a APL aja prontamente para assegurar a recuperação e revitalização da ponte-cais de Alcochete. O futuro da comunidade piscatória, assim como a preservação das tradições locais, dependem da eficácia e celeridade das ações que venham a ser tomadas.

Assim, a Assembleia Municipal de Alcochete, reunida ordinariamente a 29 de fevereiro de 2024 delibera:

- Exigir urgentemente uma solução à Administração do Porto de Lisboa (APL) para a plataforma de embarque/desembarque;
- Exigir a requalificação das guardas laterais e frontais da ponte-cais que colocam em risco a segurança dos pescadores profissionais, dos transeuntes locais e visitantes;
- Que a presente Moção seja votada e remetida para o Governo, na pessoa do Exmo. Sr. Primeiro-Ministro, bem como para a APL.

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, a Moção foi aprovada por unanimidade.

- Ana Maduro, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Pesar “António Menino”:

«Os deputados da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete apresentam um Voto de Pesar a António Menino, que faleceu aos 61 anos, no passado dia 6 de fevereiro.

António Menino era diretor artístico da Banda da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898 há 25 anos, mas a sua ligação umbilical à música e à Banda de Alcochete era de longa data.

António estreou-se como músico, no clarinete, aos 14 anos. Ingressou na Banda da Armada, na Marinha, onde foi solista e coordenador de naipe. E, quase em simultâneo, inscreveu-se no curso de clarinete, que concluiu na Escola de Música do Conservatório Nacional, em finais dos anos 80.

Em 1998, assumiu a liderança da Banda de Alcochete, sucedendo a seu pai e cinco anos depois, conduziu a Banda da sua terra ao primeiro lugar no concurso internacional de bandas, em Valência, Espanha. Feito muito honroso e de elevado orgulho para a população que culminou com a receção feita pelo executivo autárquico, em frente dos Paços do Concelho.

Este foi o primeiro dos inúmeros triunfos alcançados pela Banda da Sociedade Imparcial sob a sua batuta, mas destes ainda destacamos o terceiro lugar no concurso internacional de bandas de Riva del Garda, Itália, em 2005.

A 19 de janeiro de 2024, foi distinguido, pelo atual executivo, com a Medalha Municipal de Mérito, pelo percurso de excelência, na sessão comemorativa dos 126 anos da Restauração do Concelho.

E no passado dia 3 de fevereiro, também no Fórum Cultural de Alcochete, dirigiu aquele que viria a ser o seu último concerto, precisamente na cerimónia de comemoração do 126.º aniversário da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.

António Menino, símbolo cultural de Alcochete partiu precocemente, mas os seus feitos ficarão na memória de todos os alcochetanos e o seu legado jamais será esquecido.

Solicita-se à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 29 de fevereiro de 2024, que cumpra um minuto de silêncio em sua memória e que seja votado este Voto de Pesar e posteriormente seja endereçado para a família enlutada e para os órgãos diretivos da Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Pesar foi aprovado por unanimidade.

Foi cumprido um minuto de silêncio.

- Diogo Mourão, bancada do PS

Apresentou o seguinte Voto de Louvor “Coletividades do Concelho”:

«Os elementos da bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal vêm por este meio apresentar um Voto de Louvor às coletividades do concelho de Alcochete, cujos aniversários foram comemorados desde o início de 2024 e que passamos a enumerar:

- O Grupo Desportivo Alcochetense, fundado a 1 de janeiro de 1937, pelo seu octogésimo sétimo aniversário;
- A Sociedade Imparcial 15 de Janeiro de 1898, fundada a 15 de janeiro de 1898, dia em que se comemora também a Restauração do Concelho, pelo seu centésimo vigésimo sexto aniversário;
- O Grupo Desportivo da Fonte da Senhora, fundado a 15 de janeiro de 1983, pelo seu quadragésimo primeiro aniversário;
- A Associação Cultural Recreativa e Desportiva do Rancho Folclórico de Danças e Cantares do Passil, fundada a 19 de janeiro de 1991, pelo seu trigésimo terceiro aniversário;
- O Clube Taurino de Alcochete, fundado a 18 de fevereiro de 1998, pelo seu vigésimo sexto aniversário;
- O Sport Clube do Samouco, fundado a 25 de fevereiro de 2005, pelo seu décimo nono aniversário.

Louvamos o concelho de Alcochete, através do Exmo. senhor Presidente da Câmara Municipal de Alcochete, Fernando Pinto, pelo 126.º (centésimo vigésimo sexto) aniversário de Elevação de Alcochete à categoria de concelho; feito histórico para a nossa terra que remonta a 15 de janeiro de 1898.

Congratulamos a freguesia de São Francisco, na pessoa do Exmo. senhor Presidente, João Santos, pela comemoração do 39.º aniversário da Elevação de São Francisco a freguesia, no passado mês de janeiro.

E ainda, congratulamos a freguesia do Samouco, na pessoa do senhor Presidente, Leonel Fina, pela Elevação do Samouco a vila, na comemoração do seu 19.º aniversário, no passado dia 28 de janeiro.

Solicita-se, assim, à presente Assembleia Municipal, reunida ordinariamente a 29 de fevereiro de 2024, que este Voto de Louvor seja votado e remetido para as entidades que foram mencionadas.»

Submetido à discussão, não se registaram intervenções.

Submetido à votação, o Voto de Louvor foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A assembleia tomou conhecimento.

PONTO 2 – ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUNICÍPIOS COM ATIVIDADE TAUROMÁQUICA

Proposta aprovada por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal de 14/02/2024.

«Na reunião de câmara de 14 de abril de 2021 e na sessão de Assembleia Municipal de 17 de abril do mesmo ano, foi aprovada e deliberada à adesão do Município de Alcochete à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica (APMAT). A proposta presente na referida reunião e sessão não previa a autorização da despesa inerente à contribuição financeira prevista no momento da adesão, uma vez que a APMAT ainda não tinha sido constituída, nem havia previsão para que isso acontecesse, situação que se mantém no momento. No entanto, estando a APMAT em processo de constituição é necessário que a despesa relativa à contribuição financeira prevista no artigo 32.º dos Estatutos da APMAT seja autorizada, nomeadamente a joia de adesão no valor de 750 euros e a quota anual no valor de 1.400 euros.

Assim proponho:

1. Pelo exposto e tendo em consideração que a adesão à APMAT já foi anteriormente aprovada propõe-se a autorização da despesa relativa a joia de adesão no valor de 750 euros e a quota anual no valor de 1.400 euros;
2. A presente proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal para deliberação.»

Submetida à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Presidente da câmara

Informou que na reunião de câmara de 14 de abril de 2021 e, conseqüentemente, em sessão da assembleia municipal de 17 abril do mesmo ano, foi aprovada e deliberada a Adesão do Município de Alcochete à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica, contudo, na altura, não estavam em vigor ainda as respetivas importâncias referentes à joia de adesão, no valor de €750,00 e da quota anual, no valor de €400,00. Como existe a necessidade de haver cabimentação relativamente aos valores em questão, cabimento prévio à data atual, torna-se imperativo uma nova deliberação na câmara municipal e assembleia municipal para aprovação da despesa.

– Álvaro Costa, bancada da CDU

Referiu que o nosso município se insere nos concelhos onde existe atividade tauromáquica, uma questão de larga data, pois em 2000/2001 todos os municípios onde se desenvolve esta atividade e onde existe a prática de criação de gado, ou seja, municípios ligados à festa brava, foi criada uma seção na Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), altura em que era vice-presidente da câmara municipal, que integrava 41 municípios portugueses com atividade tauromáquica. Para além da existência de fortes divergências sobre o assunto, considera que as mesmas não devem determinar se os concelhos devem ou não viver desta atividade económica.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria com 22 votos a favor (15 do PS, 4 da CDU, 1 do CDS-PP, 1 do PSD e 1 do Chega) e 1 abstenção da CDU.

José Tavares apresentou a seguinte declaração de voto, em nome do PS:

«A bancada do Partido Socialista da Assembleia Municipal de Alcochete votou a favor do ponto 2 e regozija-se por este facto em virtude desta associação ter como finalidade principal a promoção e a defesa das tradições da festa brava de forma ativa, através do desenvolvimento de iniciativas que visam a sua

persecução e, sendo Alcochete um concelho com fortes tradições tauromáquicas, é nosso entender que deverá ser parte integrante desta associação e ajudar a promover a sua legitimidade perante todas as iniciativas que diariamente são levadas a cabo nos mais variados locais do nosso território que têm como objetivo denegrir a Tauromaquia.

A atividade taurina é transversal à maioria dos países de origem latina e a nível nacional é realizada na quase totalidade do território, são 101 municípios, muitos dos quais a norte do Tejo, que mantêm as inúmeras tradições taurinas, tais como corridas de toiros, largadas, forcão, touradas à corda, chegadas, entre outras.

Estas atividades são um veículo privilegiado para a agregação das comunidades onde são praticadas, são uma forma de transmissão de valores estéticos e artísticos e também são uma importante ferramenta socioeconómica devido ao elevado número de pessoas a que lhes assistem, quer sejam em acontecimentos esporádicos, quer sejam em eventos culturais tradicionais, como é o caso das Festas do Barrete Verde e das Salinas de Alcochete, que para além de serem importantes do ponto de vista lúdico, são também muito importantes no espectro económico nos mais variados setores do concelho.

É também de referir a grande relevância que as atividades taurinas têm para os milhares de pessoas que dependem profissionalmente da sua atividade e, conseqüentemente, para as quantidades avultadas de impostos que revertem para o Estado.

Ainda que menos perceptível, mas de elevada importância está a ligação deste setor à ecologia, como é o caso da criação do toiro bravo – símbolo máximo da tauromaquia -, que representa uma das únicas formas de pecuária extensiva. A sua criação em extensos hectares permite a preservação do montante e de todo um equilíbrio no ecossistema, sem proporcionar assim a agricultura intensiva com todos os problemas daí resultantes. De referir ainda que a

abolição das atividades taurinas (defendida por alguns) contribuiria para a extinção da espécie do toiro bravo e que, portanto, não se coaduna com os mais nobres objetivos de preservação das espécies animais.

Relativamente à opinião dos antitaurinos, efetivamente, não existem estudos que nos permitam tirar grandes conclusões, apenas o juízo das associações proibicionistas que pretendem transmitir a ideia de que é um espetáculo em decadência, o que na realidade não se reflete, dada a grande adesão, das mais variadas classes da sociedade e perfis sociológicos, que assistem às festividades com atividades taurinas. Não devemos esquecer que estas mesmas associações estiveram na origem da proibição das transmissões das corridas de toiros na televisão, que eram sempre espetáculos de elevado nível de audiências. E, ainda, importa referir que a intolerância destes movimentos antitaurinos, num estado de direito livre, em pleno século XXI, não são fruto de benemérita preocupação do sofrimento do toiro, mas sim um ataque feito por organizações profissionais para impor a sua visão do mundo. Nada oporíamos se as opiniões fossem passadas para a opinião pública de forma séria, respeitosa e tolerante para quem, pura e simplesmente, não se revê nessa ideologia, no entanto, o que se assiste é à imposição à força dos seus ideais, pelo que manifestamos total solidariedade e satisfação com a adesão do Município de Alcochete à Associação Portuguesa de Municípios com Atividade Tauromáquica.»

PONTO 3 – INTEGRAÇÃO DO SALDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2023

- APROVAÇÃO DO MAPA DA DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL DO ANO DE 2023;**
- 1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO DA RECEITA, AO ORÇAMENTO DA DESPESA E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR'S) DE 2024**

Proposta aprovada por maioria, com 4 votos a favor do PS e 1 abstenção da CDU, na reunião da Câmara Municipal de 14/02/2024:

«Prevê o artigo 77.º, da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para 2024 (LOE 2024), que após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental» pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental.

Refere ainda o n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro, na sua redação atual, que “Sem prejuízo dos n.ºs 1 e 2, a parte do saldo de gerência da execução orçamental consignado pode ser incorporada numa alteração orçamental, com a aprovação do Mapa dos Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, em momento anterior ao da aprovação dos documentos de prestação de contas.”

É ainda de referir, que o saldo de gerência orçamental do ano de 2023, no montante de €5.268.740,81 inclui o valor de €1.913.599,37 de saldo de gerência orçamental consignado.

Neste seguimento apresenta-se a 1.ª revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024.

1. A primeira revisão ao Orçamento da Receita reforçou rubricas no montante de €4.373.718,00 destacando-se a introdução do saldo de gerência na posse do serviço no montante de €3.355.141,00 e o montante consignado no valor de €636.748,00 e anulou-se rubricas no valor de €987.855,00, apresentando um saldo positivo no valor de €3.385.863,00;
2. A primeira revisão ao Orçamento da Despesa reforçou rubricas no montante de €3.997.208,00 e anulou rubricas no montante de

€611.345,00, registando um saldo positivo no montante de €3.385.863,00;

3. A primeira revisão às Grandes Opções do Plano, apresenta uma modificação com o saldo de €776.259,00 que se reflete no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes;
4. O Plano Plurianual de Investimentos procedeu a reforços e anulações perfazendo um saldo de €327.220,00;
5. As Atividades Mais Relevantes procederam a reforços e anulações perfazendo um saldo de €1.103.479,00.

Assim proponho:

1. A aprovação do mapa Demonstração do Desempenho Orçamental do ano de 2023 e a Demonstração dos Fluxos de Caixa de 2023 ao abrigo do artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro e do n.º 6, do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 11 de setembro;
2. A aprovação à primeira revisão ao Orçamento da Receita, ao Orçamento da Despesa e às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR's) de 2024, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro:
 - A primeira revisão ao Orçamento da Receita que reforçou rubricas no montante de €4.373.718,00 e anulações no montante de €987.855,00, perfazendo um saldo de €3.385.863,00;
 - A primeira revisão ao Orçamento da Despesa que reforçou rubricas no montante de €3.997.208,00 e anulou rubricas no

montante de €611.345,00, registando um saldo positivo no montante de €3.385.863,00;

- A primeira revisão às Grandes Opções do Plano com um saldo de €776.259,00, que se reflete no Plano Plurianual de Investimento com um saldo de €327.220,00 e nas Atividades Mais Relevantes, com um saldo de €1.103.479,00.

3. Que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal para aprovação.»

Submetida à discussão, registou-se a seguinte intervenção:

- Presidente da Câmara

Esclareceu que de acordo com a legislação em vigor e após a aprovação do Mapa de Demonstração do Desempenho Orçamental, pode o Saldo de Gerência ser incorporado por via de uma Revisão Orçamental, antes da aprovação dos documentos de Prestação de Contas. Esta parte do Saldo de Gerência da Execução Orçamental Consignado pode ser integrado nesta mesma alteração Orçamental também com a aprovação do Mapa de Fluxos de Caixa pelo órgão executivo, sendo isso que aconteceu. Assim, o Saldo de Gerência é de €5.268.740,81, sendo que deste valor o não consignado são €3.355.141,00, o que quer dizer que o consignado tem a ver, sobretudo, com garantias bancárias. Com a integração do Saldo de Gerência, o Orçamento aumentou no valor de €3.385.863,00. A integração do Saldo de Gerência visou dotar, mormente, rúbricas que ficaram no Orçamento insuficientemente dotadas.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor do PS, 7 abstenções (5 da CDU, 1 do CDS-PP e 1 do PSD) e 1 voto contra do Chega.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Não se registaram intervenções.

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após ser submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 23:20 horas, o presidente da assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

A TÉCNICA SUPERIOR,